



Rosito & Filomena

Auditores Independentes

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019 e 2018



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração da
Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.



Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 06 de março de 2020.



Rosito & Filomena

Audidores Independentes

CRC/RS 3993 – CVM 9091

Giuseppe Rosito

Contador – CRC/RS - 49.186

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

A T I V O

	2019	2018
	-----	-----
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	5.506.222,58	4.559.349,61
Bancos e aplicações financeiras – SEBRAE (Nota 4)	2.383.707,65	1.782.851,20
Garantias a recuperar	238.136,52	68.042,96
Outras contas a receber	14.921,14	13.839,28
	-----	-----
Total do circulante	8.142.987,89	6.424.083,05
	-----	-----
NÃO CIRCULANTE		
Garantias a recuperar	5.687.627,23	4.000.845,65
Investimentos	31.666,55	28.105,23
Imobilizado (Nota 5)	40.347,21	44.140,74
Intangível	3.878,00	3.878,00
	-----	-----
Total do não circulante	5.763.518,99	4.076.969,62
	-----	-----
Total do ativo	13.906.506,88	10.501.052,67
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

P A S S I V O

	2019	2018
	-----	-----
CIRCULANTE		
Ordenados e salários a pagar	10.768,61	9.825,36
Impostos e contribuições sociais	13.010,92	12.386,58
Férias e encargos a pagar	31.499,53	28.743,10
Provisão para inadimplência (Nota 6)	23.480,36	21.931,34
Garantias honradas	145.137,39	49.036,18
Receita antecipada	9.831,22	14.770,38
Recursos SEBRAE RS / Nacional (Nota 7)	2.383.707,65	1.782.851,20
Outras contas a pagar	9.039,26	65.768,99
	-----	-----
Total do circulante	2.626.474,94	1.985.313,13
	-----	-----
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras (Nota 9)	3.018.800,00	1.000.000,00
Garantias honradas	3.589.199,77	3.459.736,86
Outras contas a pagar	-	12.000,00
	-----	-----
Total do não circulante	6.607.999,77	4.471.736,86
	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio social (Nota 10)	4.044.002,68	3.319.275,53
Superávits acumulados	628.029,49	724.727,15
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	4.672.032,17	4.044.002,68
	-----	-----
Total do passivo e do patrimônio líquido	13.906.506,88	10.501.052,67
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO PERÍODO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

	2019	2018
	-----	-----
Receitas operacionais		
Comissão de garantia	1.314.644,71	1.260.352,92
Assistência técnica	53.511,49	136.482,79
	-----	-----
Total das receitas operacionais	1.368.156,20	1.396.835,71
	-----	-----
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com pessoal	(356.982,26)	(289.046,23)
Despesas gerais e administrativas	(318.099,14)	(384.971,73)
Despesas com assessorias	(227.286,28)	(199.204,85)
Despesas tributárias	(75.488,39)	(37.227,86)
Outras receitas (despesas) operacionais	16.645,46	14.183,07
	-----	-----
Total das despesas operacionais	(961.210,61)	(896.267,60)
	-----	-----
Superávit operacional	406.945,59	500.568,11
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	226.231,76	227.719,86
Despesas financeiras	(5.147,86)	(3.560,82)
	-----	-----
Superávit do período	628.029,49	724.727,15
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DE SERRA GAÚCHA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

	Patrimônio social				Total
	Subscrito	A integralizar	Realizado	Superávits Acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.686.160,85	(234.739,20)	2.451.421,65	867.853,88	3.319.275,53
Transferência do superávit	867.853,88	-	867.853,88	(867.853,88)	-
Superávit do período	-	-	-	724.727,15	724.727,15
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.554.014,73	(234.739,20)	3.319.275,53	724.727,15	4.044.002,68
Transferência do superávit	724.727,15	-	724.727,15	(724.727,15)	-
Superávit do período	-	-	-	628.029,49	628.029,49
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.278.741,88	(234.739,20)	4.044.002,68	628.029,49	4.672.032,17

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em reais)

	2019	2018
	-----	-----
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	628.029,49	724.727,15
Ajustes por:		
Depreciação	8.913,34	8.357,70
Provisão para inadimplências	1.549,02	(3.844,44)
Custo do imobilizado baixado ou vendido	50,19	-
Redução (aumento) na variação de ativos:		
Aplicações financeiras SEBRAE	(600.856,45)	381.724,53
Outras contas a receber	(1.081,86)	822,34
Garantias a recuperar	(1.856.875,14)	(1.229.419,16)
Aumento (redução) na variação de passivos:		
Salários, impostos e contribuições e férias	4.324,02	16.163,76
Recursos Sebrae e garantias honradas	826.420,57	829.808,14
Outras contas a pagar e receita antecipada	(73.668,89)	(108.859,82)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.063.195,71)	619.480,20
	-----	-----
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo investimento / imobilizado	(8.731,32)	(4.971,80)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(8.731,32)	(4.971,80)
	-----	-----
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Liberação de empréstimos	2.018.800,00	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	2.018.800,00	-
	-----	-----
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	946.872,97	614.508,40
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	4.559.349,61	3.944.841,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	5.506.222,58	4.559.349,61
	=====	=====

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO DE GARANTIA DE CRÉDITO DA SERRA GAÚCHA

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha é uma associação civil sem fins lucrativos constituída em 01 de dezembro de 2003 e tem como objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, social e o combate à pobreza, realizando, para atingir seus fins, assessorias administrativa, técnica, econômica, financeira, legal e propiciando aos micro empreendedores individuais, às micro, pequenas e médias empresas e aos produtores rurais, condições de acesso ao crédito, bem como através da concessão de garantias.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 02/03/2020.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com a Resolução CFC nº. 1.409, de 21/09/2012 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, determinações emanadas da Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, bem como as disposições da NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4. Bancos e aplicações financeiras - SEBRAE

São aplicações financeiras basicamente em títulos de renda fixa, sendo reconhecidos pelo valor justo na data da operação e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. Este saldo foi classificado como ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado.

São aplicados os valores recebidos do SEBRAE RS e SEBRAE Nacional para a constituição de um Fundo de Risco para amparar as operações de garantia de crédito concedidas pela Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha.

Os valores das aplicações têm correspondência com as respectivas contas dos recursos registrados no passivo circulante. Os rendimentos auferidos a estas aplicações são agregados as contas de aplicações em contrapartida as contas de Recursos SEBRAE, e os rendimentos não afetam o resultado da Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha.

2.5. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

2.6. Imobilizado

É avaliado ao custo histórico de aquisição, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil dos bens.

As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

O ativo imobilizado a ser mantido e utilizado na consecução das finalidades da Entidade é basicamente composto por equipamentos de informática e móveis e utensílios.

A administração efetuou internamente, estudo e análise de revisão da vida útil desse ativo imobilizado com o objetivo de ajustar a vida econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual desses bens.

Após essa análise, a administração entendeu que não foram identificadas diferenças significativas entre as vidas úteis utilizadas e as revisadas, entendendo que as taxas de depreciação utilizadas refletem a melhor estimativa no momento.

O imobilizado também é revisto para se identificar evidências de perdas não recuperáveis. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.7. Intangível

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e são amortizados levando em conta a sua utilização efetiva. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos com o registro de marcas e patentes são capitalizados e não são amortizados.

2.8. Provisão para férias e encargos

Foi constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os encargos sociais correspondentes.

2.9. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da comissão recebida sobre o valor da garantia prestada.

As receitas de eventuais doações e subvenções são registradas por ocasião do efetivo recebimento dos recursos.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixa	420,55	86,96
Bancos conta movimento	227.947,99	244.783,79
Aplicações financeiras	5.277.854,04	4.314.478,86
	5.506.222,58	4.559.349,61

4. BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS - SEBRAE

SEBRAE – RS	2019	2018
(BANCO) - Banco Sicredi Fecomércio – FRL SEBRAE RS		-
(APLICAÇÃO)-Banco Sicredinvest CDI 2221 – SEBRAE RS	453.149,55	429.083,30
(APLICAÇÃO)-Provisão IRRF sobre aplicação Banco Sicredi	(32.436,64)	(28.862,79)
	420.712,91	400.220,51
SEBRAE – NACIONAL		
(BANCO) - Banco do Brasil S.A. – FRL SEBRAE NA 2442	0,65	172,74
(APLICAÇÃO)-Banco do Brasil S.A.–FRL–SEBRAE NA 2442	1.962.994,09	1.382.457,95
	1.962.994,74	1.382.630,69
	2.383.707,65	1.782.851,20

5. IMOBILIZADO

2018

	Móveis e Utensílios	Instalações	Equipamentos de Informática	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Total
CUSTO TOTAL					
Saldos em 31/12/2017	48.582,31	1.269,00	45.244,95	8.978,00	104.074,26
Adições	665,00	-	949,05	-	1.614,05
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	49.247,31	1.269,00	46.194,00	8.978,00	105.688,31
DEPRECIACÃO ACUMULADA					
Saldos em 31/12/2017	(20.486,35)	(63,48)	(32.228,60)	(411,44)	(53.189,87)
Depreciação	(4.603,82)	(126,96)	(3.267,76)	(359,16)	(8.357,70)
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2018	(25.090,17)	(190,44)	(35.496,36)	(770,60)	(61.547,57)
Valor residual - 31/12/2018	24.157,14	1.078,56	10.697,64	8.207,40	44.140,74
Taxa de depreciação - %	10%	10%	20%	4%	

2019

	Móveis e Utensílios	Instalações	Equipamentos de Informática	Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Total
CUSTO TOTAL					
Saldos em 31/12/2018	49.247,31	1.269,00	46.194,00	8.978,00	105.688,31
Adições	1.680,00	-	3.490,00	-	5.170,00
Baixas	(950,00)	-	-	-	(950,00)
Saldos em 31/12/2019	49.977,31	1.269,00	49.684,00	8.978,00	109.908,31
DEPRECIÇÃO ACUMULADA					
Saldos em 31/12/2018	(25.090,17)	(190,44)	(35.496,36)	(770,60)	(61.547,57)
Depreciação	(4.720,63)	(126,96)	(3.706,59)	(359,16)	(8.913,34)
Baixas	899,81	-	-	-	899,81
Saldos em 31/12/2019	(28.910,99)	(317,40)	(39.202,95)	(1.129,76)	(69.561,10)
Valor residual - 31/12/2019	21.066,32	951,60	10.481,05	7.848,24	40.347,21
Taxa de depreciação - %	10%	10%	20%	4%	

6. PROVISÃO PARA INADIMPLÊNCIA

A provisão para inadimplência foi criada para suportar eventuais inadimplências por parte dos sócios beneficiários da garantia por ela oferecida, e em decorrência disso, a associação arcar com os ônus.

Até o ano de 2013, a provisão para inadimplência era calculada com base no percentual médio do período de atrasos junto ao banco, aplicado sobre o risco vivo no final do período.

Após uma análise mais aprofundada do conceito, propriamente dito, dentro do contexto da RS Garanti, entendeu-se que os devedores duvidosos devem estar atrelados as honras e perdas históricas da entidade, fazendo muito mais sentido do que aos atrasos das parcelas nos bancos. Para ilustrar demonstramos:

Índice de perdas	2019	2018
-----	-----	-----
Total de garantias honradas pela GarantiSerra (histórico)	6.230.138,00	4.289.097,00
Total de garantias honradas e decretadas perdas (histórico)	27.512,00	27.512,00
Índice de perdas (devedores duvidosos)	0,44%	0,64%
Cálculo da provisão		

Total de garantias honradas com recursos próprios que foram recuperadas	513.135,00	342.963,00
Saldo de honras em cobrança (judicial e extrajudicial)	5.317.167,00	3.419.077,00
Índice de perdas (devedores duvidosos)	0,44%	0,64%
Total a provisionar	23.480,36	21.931,34
	=====	=====

7. RECURSOS SEBRAE

Registra os valores recebidos do SEBRAE RS e SEBRAE Nacional para a constituição de um Fundo de Risco para amparar as operações de garantia de crédito concedidas pela Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha. Os valores estão devidamente aplicados no Fundo RF LP Banco do Brasil S.A. e Fundo Sicredinvest Banco Sicredi conforme determinam os convênios firmados entre SEBRAE e a Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha.

Os valores dos recursos têm correspondência com respectivas contas de aplicações financeiras registradas no ativo. Os rendimentos auferidos a estas aplicações são agregados as contas de aplicações em contrapartida as contas de Recursos SEBRAE no passivo, e os rendimentos não afetam o resultado da Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha.

8. GARANTIAS

A Associação estava compromissada em garantir o crédito a associadas beneficiárias na seguinte composição:

Quantidade de operações em garantia	Valor total das operações de crédito	Valor total garantido	Saldos ativos até 31.12.2019	
			Saldo devedor das operações	Saldo devedor garantido
820	78.179.500,23	51.694.079,86	56.175.245,41	35.238.938,00
=====	=====	=====	=====	=====

Quantidade de operações em garantia	Valor total das operações de crédito	Valor total garantido	Saldos ativos até 31.12.2018	
			Saldo devedor das operações	Saldo devedor garantido
647	66.703.666,92	44.980.505,85	45.264.424,73	30.472.331,26
=====	=====	=====	=====	=====

9. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 estavam assim apresentados:

SICOOB UNICOOB MERIDIONAL	1.000.000,00
SICOOB CREDICAPITAL	1.000.000,00
SICREDI PIONEIRA RS	1.018.000,00

	3.018.000,00
	=====

a) SICOOB UNICOOB MERIDIONAL

O valor de R\$ 1.000.000,00 refere-se à liberação de uma Cédula de Crédito Bancário – CCB com data de emissão em 26/10/2017 e vencimento de parcela única em 26/10/2022, contratada junto à Cooperativa de Crédito da Região Meridional do Brasil – Sicoob Unicoob Meridional.

Este instrumento financeiro tem juros remuneratórios de 0,00% ao ano e esta garantido pela cessão de direitos creditórios em aplicações financeiras de renda variável - RDC (Recibo de Depósito Cooperativo).

b) SICOOB CREDICAPITAL

O valor de R\$ 1.000.000,00 refere-se ao aporte por parte da SICOOB CREDICAPITAL no fundo garantidor de crédito da RSGARANTI por conta do Convênio 001/2019 assinado em 01 de outubro de 2019. O valor será utilizado para amparar eventuais inadimplências, com o objetivo de estabelecer as condições para a utilização das garantias da RSGARANTI para operações de crédito realizadas pelas empresas associadas beneficiárias junto à Instituição Financeira. O Convênio é celebrado por prazo de cinco anos.

c) SICREDI PIONEIRA RS

O valor de R\$ 1.000.000,00 integrará o Fundo de Risco constituído com recursos da RSGARANTI, a qual deverá manter tais recursos em investimento ou aplicação financeira junto à SICREDI, os quais garantirão as operações de crédito no âmbito do Convênio 001/2017.

O valor de R\$ 1.018.000,00 (R\$ 1.000.000,00 + encargos) refere-se a Cédula de Crédito Bancário, firmada em 18/10/2019, com vencimento para 10/11/2024, tendo como credora a Sicredi Pioneira RS.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio da Associação de Garantia de Crédito da Serra Gaúcha é constituído pelo valor proveniente da contribuição dos associados, aporte de capital de instituições públicas ou privadas, receitas provenientes de rendimentos financeiros, serviços, tecnologias e garantias prestadas.

O Patrimônio Social é ainda representado pelo acréscimo dos valores dos superávits, eventuais subvenções patrimoniais e reduzido pelos valores dos déficits.

E os resultados eventualmente obtidos serão empregados exclusivamente na consecução dos objetivos sociais, não distribuindo lucros, ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, sob qualquer forma.



ANGELO ARTUR MESTRINER
Presidente

CPF: 220.587.960 - 04



ROSA MARIA ONZI GIOVANELLA
Contadora

CRC/RS – 36.925
CPF: 277.100.410 – 00